



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

RELATOR - CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

38ª Sessão Ordinária do Tribunal Pleno, dia 05/12/2018

ITEM 8

TC-000323/026/14

Embargante(s): Prefeitura Municipal de Piratininga - Carlos Alessandro Franco Borro de Matos - Prefeito.

Assunto: Contas anuais da Prefeitura Municipal de Piratininga, relativas ao exercício de 2014.

Responsável(s): Carlos Alessandro Franco Borro de Matos (Prefeito).

Em Julgamento: Embargos de Declaração em face do acórdão do E. Tribunal Pleno, que negou provimento ao pedido de reexame interposto contra o parecer desfavorável à aprovação das contas emitido pela E. Segunda Câmara. Parecer publicado no D.O.E. de 08-12-17.

Advogado(s): Luiz Nunes Pegoraro (OAB/SP nº 155.025) e Hugo Tamarozi Gonçalves Ferreira (OAB/SP nº 260.155).

Acompanha(m): TC-000323/126/14.

Fiscalização atual: UR-2 - DSF-II.

Em exame EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS PELO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PIRATININGA, exercício de 2014.

O E. Tribunal Pleno, em sessão de 25 de outubro de 2017, ao apreciar o Pedido de Reexame, decidiu pelo seu desprovimento, diante, principalmente, da não aplicação dos recursos do FUNDEB, restritos a 99,32%, infringindo o artigo 21, *caput*, e § 2º da Lei nº 11.494/07.

Inconformado com o parecer publicado no D.O.E. de 08 de dezembro de 2017, o Embargante protocolou seu pedido, juntado às fls. 109/121.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Instada a se manifestar, em Preliminar, a Assessoria Técnica Jurídica e sua Chefia concluíram pelo conhecimento, eis que legítima a parte e tempestiva sua interposição.

No Mérito, a ATJ ressalta a pretensão do Embargante que pretende rediscutir a matéria que motivou o parecer desfavorável reexaminado, procedimento não admissível em sede de embargos.

Destaca que nas despesas do FUNDEB de 2015 não há registro de que estavam vinculadas à parcela diferida de 2014, permanecendo a carência de comprovação de aplicação no primeiro trimestre de 2015. Conforme documento juntado às fls. 137 extraído do AUDESP, no primeiro trimestre de 2015 a aplicação do FUNDEB era de apenas 81,7% (empenhada) e 78,41% (paga), ou seja, até a data limite (31/3/2015) para aplicação da parcela diferida não havia utilização excedente do FUNDEB que pudesse dar respaldo à deficiência de 2014. Reitera, assim, a aplicação de 99,32%, insuficiente à disposição do artigo 21, *caput* e o § 2º da Lei Federal nº 11494/07.

Os autos constaram da ordem do dia de 04/07/2018 quando foram retirados de pauta para a finalidade do disposto no artigo 105, I do Regimento Interno.

Memoriais juntados às fls. 147 e ss. destacam erro material nos cálculos do FUNDEB.

A ATJ analisou os documentos e concluiu que os esclarecimentos complementares comportam acolhimento, pois alcançaram elucidar que os documentos já constantes nos autos reuniam elementos capazes de demonstrar, contabilmente, que a parcela diferida no FUNDEB de 2014 foi utilizada no primeiro



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

trimestre de 2015, no custeio da folha de pagamento de competência "dezembro/2014". Neste contexto, os cálculos consignados as fls. 22 tratando da aplicação dos recursos do FUNDEB auferidos em 2014 indicam a utilização integral de tais recursos à luz do preceituado no artigo 21 e seu § 2º da Lei Federal nº 11.494/2007.

É O BREVE RELATÓRIO.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

VOTO.

PRELIMINARMENTE, CONHEÇO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO porque presentes os pressupostos de admissibilidade.

NO MÉRITO, o Embargante demonstrou o erro material nos cálculos do FUNDEB, comprovando a utilização da parcela residual de 0,68% aplicada no primeiro trimestre de 2015 correspondendo à folha de pagamento de competência dezembro de 2014, cumprindo, assim, plenamente o artigo 21 da Lei Federal nº 11494/2007.

Assim e considerando a manifestação da Assessoria Técnica Jurídica, VOTO PELO ACOLHIMENTO DOS PRESENTES EMBARGOS, alterando a decisão embargada com a emissão, em consequência, de Parecer Prévio Favorável às contas do Executivo Municipal de Piratininga, relativas ao exercício de 2014, mantendo-se, contudo, as recomendações e determinações consignadas.

É O MEU VOTO.

TCESP, em 05 de dezembro de 2018.

ANTONIO ROQUE CITADINI

CONSELHEIRO